

## MOVIMENTOS SOCIAIS E FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL: ENTRELAÇAMENTOS E PARADOXOS NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

## SOCIAL MOVEMENTS AND FUNDAMENTALS OF SOCIAL WORK: ENTANGLEMENTS AND PARADOXES IN PROFESSIONAL TRAINING

Maria Clariça Ribeiro Guimarães<sup>1</sup>

**Resumo:** O estudo trata da relação entre Serviço Social e processos organizativos da classe trabalhadora, buscando suscitar questões sobre o processamento atual desta relação no âmbito da formação profissional. Nessa direção, objetivou analisar a incorporação e o desenvolvimento do debate sobre movimentos sociais e Serviço Social na formação profissional de graduação ofertada pelas Unidades de Formação Acadêmica presenciais da região nordeste. Para tanto, recorreu à pesquisa bibliográfica e documental, com aporte na teoria e no método marxista. Dentre seus resultados, identificamos o reconhecimento do debate de movimentos sociais como parte da formação em Serviço Social, porém, muitas vezes com a incorporação do mesmo nos projetos pedagógicos de curso se dando com limitações e principalmente perpassado por diversas disputas assentadas em diferentes compreensões de sociedade, de profissão, de movimentos sociais e de educação. A partir deste percurso, apresentamos argumentos para defendermos a tese de que o debate sobre movimentos sociais se inscreve nos Fundamentos do Serviço Social e avançarmos coletivamente na incorporação desta concepção no âmbito da formação profissional é caminho a ser trilhado para o necessário reconhecimento e fortalecimento do trabalho profissional junto aos movimentos sociais, sob a direção social crítica construída pelo Serviço Social brasileiro. Donde se conclui pela necessidade de inadiáveis investimentos teóricos, políticos e pedagógicos na direção de melhor aportarmos os processos organizativos da classe trabalhadora no cotidiano da formação profissional de assistentes sociais, a partir mesmo da perspectiva *sui generis* posta pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, fortalecendo ao legado oriundo do processo de renovação profissional.

**Palavras Chave:** Fundamentos do Serviço Social. Formação Profissional. Processos Organizativos. Movimentos Sociais. Lutas Sociais.

**Abstract:** This study deals with the relationship between Social Work and the organizational processes of the working class. We intend to raise questions about it within the scope of professional training. Thus, we aimed to analyze the incorporation and development of

---

<sup>1</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Docente da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) - Campus Sousa. Membro do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0837-5694>. Email: [clarica.ribeiro@gmail.com](mailto:clarica.ribeiro@gmail.com)

Artigo submetido em: 15 de maio de 2022.

Artigo aceito em: 19 de julho de 2022.

p. 31-60, DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202220>

the debate on social movements and Social Work in the undergraduate professional training. To this end, we resorted to bibliographic and documentary research, with a contribution from the Marxist theory and method. Among our results, we identified the acknowledgment of the debate of social movements as part of the training in Social Work. However, many times, this debate is incorporated in pedagogical projects but it is limited and mainly permeated by several disputes based on different understandings of society, profession, social movements and education. From that, we present arguments to defend the thesis that the debate on social movements is inscribed in the Fundamentals of Social Work and that advancing collectively in the incorporation of this conception into professional training is the way to be trod for the necessary recognition and strengthening of the professional work along with social movements, under the critical social direction built by Brazilian Social Work. Hence the need for urgent theoretical, political and pedagogical investments in order to better contribute to the organizational processes of the working class in the daily professional training of social workers, from the sui generis perspective set by the curricular guidelines of ABEPSS, strengthening the legacy of the process of professional renewal.

**Keywords:** Fundamentals of Social Work. Professional Qualification. Organizational Processes. Social Movements. Social Struggles.

## INTRODUÇÃO

Tendo o redirecionamento da profissão provocado expressivo interesse dos(as) assistentes sociais pelos estudos sobre a organização política das classes subalternas e ao passo em que também ocorreu a inserção do trabalho profissional do(a) assistente social nas instituições de organização autônoma da classe trabalhadora (CARDOSO; LOPES, 2009), a temática dos movimentos sociais foi sendo incorporada ao Serviço Social na formação profissional, nas pesquisas e na produção acadêmica da área.

Todavia, no que diz respeito à relação da profissão com os processos de mobilização e organização popular – tanto em termos de produção teórica quanto de atuação de assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora – o que se constata na conjuntura pós anos 1990, segundo Duriguetto (2014), é uma curvatura em relação à década de 1980, de modo que a tendência ascendente presente nesse período passará por um processo de retração, contraditoriamente, a partir exatamente da década marcada pela consolidação do projeto ético-político da profissão, construído e afirmado na relação com as lutas populares.

Do ponto de vista acadêmico, compartilhamos da inquietação apontada por Yamamoto (2011, p. 461, grifos da autora), com base na categorização dos eixos temáticos dos projetos de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social. Segundo a autora, tem

se verificado que “[...] a área temática com menor investimento na pesquisa refere-se aos conflitos e movimentos sociais, processos organizativos e mobilização popular –, o que é motivo de preocupações”, por evidenciar ainda se tratar de um tema com pouca literatura produzida pelos(as) estudiosos(as) do Serviço Social e desta ser uma temática que encontra dificuldades para ter sua relevância reconhecida no âmbito da intervenção profissional<sup>2</sup>, cada vez mais marcada por um expressivo retorno ao pragmatismo e seu arsenal conservador.

Pesquisas sobre trabalho profissional e materialização dos princípios ético-políticos do Serviço Social, particularizadas em realidades locais, têm apresentado indicativos similares, como bem ilustra a pesquisa coordenada pela professora Sâmya Rodrigues Ramos ao revelar que a maioria das(os) assistentes sociais afirma que materializa cotidianamente quase todos os princípios do Código de Ética na sua atuação profissional, com referência expressiva (70% a 80%) a princípios como o exercício da profissão sem discriminar ou ser discriminado, eliminação do preconceito, defesa dos direitos humanos e ampliação da cidadania.

No entanto, os(as) assistentes sociais pesquisados(as) parecem apontar dificuldades no reconhecimento do princípio da “articulação com os movimentos e outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores” em seus espaços profissionais de trabalho na proporção em que apenas 33,3% é o percentual de profissionais que mencionam conseguir estabelecer alguma articulação entre este princípio e sua atuação como assistente social (RAMOS; VASCONCELOS; LEITE, 2010).

Não se trata de acreditar que determinado acervo de conhecimento possa resolver, de imediato, a problemática da intervenção, o que nos remeteria a uma expectativa equivocada em relação ao papel da teoria e da prática, conforme Santos (2013) tem

---

<sup>2</sup> Em ampla pesquisa nas edições da Revista Serviço Social e Sociedade publicadas no decurso de três décadas, Silva (2009) identifica que embora a temática movimentos sociais populares, organização popular e lutas sociais esteja dentre as temáticas recorrentes nas três décadas pesquisadas, há um declínio significativo no interesse pelo tema, traduzido na sua abordagem em 5,97% das publicações da década 1979–1989, 4,36% na década 1990–1999 e apenas 1,34% nas publicações da década 2000–2009. Isto considerando artigos, resenhas, entrevistas e depoimentos, bem como as seções trocando em miúdos, expressões do pensamento social, comunicação de pesquisa, temas para debate e relatos de experiência. Constatação ratificada por Marques (2010) ao identificar, dentre os trabalhos publicados nos anais do ENPESS e do CBAS do período de 1995 a 2008, somente 3% com foco na tematização dos movimentos sociais e, dentre estes, não mais do que 6% que tratam de experiências de intervenção profissional junto aos movimentos sociais.

problematizado. Mas partimos em nosso percurso investigativo da suposição de que tais lacunas e dificuldades identificadas pelas pesquisas anteriormente mencionadas da relação do(a) assistente social com os movimentos sociais no âmbito do exercício profissional estão intimamente relacionadas com a forma como tal debate vem sendo incorporado (ou não) no miúdo da formação profissional, posto que “do conhecimento não se extraem diretamente indicativos para a ação, para a prática profissional e interventiva. Mas não se terá uma prática eficiente e inovadora se ela não estiver apoiada em conhecimentos sólidos e verazes” (NETTO, 2011, p. 21).

Sendo assim, a questão central que perseguimos consistiu em indagar como vem se dando a incorporação e desenvolvimento do debate sobre Movimentos Sociais e Serviço Social na formação profissional de graduação, atentando para os impactos da curva descendente referida quanto a relação da profissão com os processos de mobilização e organização popular para a formação profissional, núcleo duro de nossa investigação.

Esta questão se desdobrou em questões norteadoras que, articuladas, auxiliaram a responder nosso problema de pesquisa, a saber: quais as tendências gerais e possíveis polêmicas expressas na formação profissional de graduação em Serviço Social referente ao debate sobre movimentos sociais? E, sendo assim, em que medida a incorporação da temática Movimentos Sociais na formação profissional em Serviço Social evidencia desafios para a afirmação do projeto de formação profissional do Serviço Social brasileiro, do qual as Diretrizes Curriculares da ABEPSS consistem em uma de suas mais valorosas expressões objetivas, e do próprio projeto ético-político da profissão?

Questões as quais pretendemos, ainda que sinteticamente, apresentar e discutir no presente artigo. Para tanto, de partida, nos propomos a, nas linhas subsequentes, repor o processo de inserção da temática movimentos sociais em específico na formação profissional desde o currículo mínimo de 1982, sinalizando inclusive ensaios desta inserção bastante anteriores (ainda nos idos dos anos 1950, na particularidade do nordeste), a fim de trazermos à tona o movimento de amadurecimento teórico, político e analítico pelo qual a apreensão das lutas sociais em sua relação com o Serviço Social tem se processado no âmbito da formação profissional, culminando na incorporação do tema dos movimentos sociais nas diretrizes curriculares da ABEPSS.

Um esforço investigativo e reflexivo que melhor nos pousará para os debates que nos propomos a travar em um segundo momento do presente artigo: a análise dos desafios

que interpelam o debate sobre movimentos e lutas sociais nos projetos pedagógicos de cursos, a incidir diretamente na formação profissional de assistentes sociais na contemporaneidade.

## MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS: DO CURRÍCULO MÍNIMO ÀS DIRETRIZES CURRICULARES

A revisão dos currículos dos cursos de Serviço Social assumiu espaço privilegiado nas preocupações de docentes, discentes e profissionais da área, desde o final dos anos 1970<sup>3</sup>, resultando em uma proposta de formação profissional da qual se pode destacar o tratamento dispensado à história social na condição de referência central para qualquer reflexão sobre a profissão e a formação como uma das principais conquistas herdadas desse processo. Sem esquecer que como decorrência do legado do novo projeto de formação profissional advindo do tratamento dispensado à história social destaca-se, como bem lembra Iamamoto (1993), o próprio avanço que as mudanças operadas no currículo possibilitaram para a análise das políticas sociais e dos movimentos sociais. Embora não sem tensionamentos, disputas e entraves.

Na esteira desse processo, com a revisão curricular da qual resultou o Currículo Mínimo de 1982, insere-se pela primeira vez na formação profissional de assistentes sociais, disciplinas voltadas para o ensino da filosofia, da formação sócio-histórica brasileira e da relação da profissão com os movimentos sociais (ORTIZ, 2019; MARCONSIN; ABRAMIDES, 2020), em termos de currículo nacional. Frisamos que a incorporação do debate sobre movimentos sociais, objeto mais acurado de nossos estudos, se dá em âmbito nacional pela primeira vez com o currículo mínimo de 1982, porque também aqui há particularidades regionais a conformarem importantes indicativos de que existiram esforços e tentativas anteriores, no interior de algumas Escolas de Serviço Social pelo menos, para que o debate

---

<sup>3</sup> Ortiz (2019) registra pelo menos três processos de revisão curricular desencadeados na sequência à fixação do currículo mínimo de 1962 para o curso de Serviço Social. Respectivamente, em 1970, 1982 e 2001, com os desdobramentos posteriores para a configuração das diretrizes curriculares vigentes atualmente. As revisões curriculares em questão estão diretamente relacionadas a perspectiva renovadora fomentada no interior do Serviço Social, a partir do Movimento de Reconceituação latino-americano em sua vertente mais próxima da ruptura com o Serviço Social Tradicional. Determinação central do contexto histórico no qual o Serviço Social brasileiro se aproxima dos Movimentos Sociais, imprimindo o compromisso da profissão com a classe trabalhadora.

correlato a movimentos sociais fosse incorporado à formação profissional (ainda que sem deixar de contemplar também no currículo as disciplinas de natureza católico-doutrinária).

É o que concluímos da alusão de Vieira (1992) ao observar que, ainda sob a vigência da Lei 1.889/1953 que então regulamentava o ensino de Serviço Social, a Escola de Pernambuco introduziu em seu currículo (de 1954), a partir de demandas apresentadas pelas estudantes, dentre outras, as disciplinas de *Educação Popular*, *Cooperativismo* e *Sindicalismo*, como complementares à disciplina de *Organização Social de Comunidade*. O conteúdo das referidas disciplinas contemplava o estudo do Movimento de Educação de Base (MEB), Movimento de Cultura Popular e questões relativas à luta por reforma agrária. Foram, entretanto, as três disciplinas excluídas na revisão curricular seguinte, já durante a década de 1970, por serem consideradas “disciplinas de conteúdos polêmicos para a época” (p. 160).

Com tais oscilações, o conteúdo de movimentos sociais somente retorna à formação e, dessa vez, nela se inscrevendo em âmbito nacional, com o currículo de 1982, incorporado a partir de duas disciplinas: *Sociologia*, historicamente presente nos currículos do curso de Serviço Social, e *Desenvolvimento de Comunidade*, presente na formação desde os idos de 1945 (por vezes com a denominação de ‘Organização Social da Comunidade’<sup>4</sup>), mas agora redimensionada.

A justificativa apresentada no currículo mínimo de 1982 para manutenção da disciplina de Sociologia expressa, textualmente, a sua importância para o estudo das classes sociais, das organizações e dos movimentos sociais. Por sua vez, a disciplina de Desenvolvimento de Comunidade, na busca pela construção de um conteúdo distinto do que assumiu em outros tempos, desta feita, em sua ementa, será assim apresentada:

Propõe-se a inclusão do estudo do Desenvolvimento de Comunidade, dada a constatação de que o Serviço Social efetivamente atua e sempre atuou como ação catalizadora dos movimentos sociais provocados e espontâneos, carecendo, portanto, de compreender a dinâmica desses movimentos numa perspectiva de estratégia de ação que o capacitem no agir profissional nessa área (MEC/CFE, 1982, p. 07).

---

<sup>4</sup> Conforme se pode verificar a partir dos anexos de Yazbek (1980). É com esta denominação também que a disciplina aparece no currículo mínimo promulgado pela Lei 1.889, de 13 de junho de 1953, no contexto de uma formação profissional de caráter conservador. No currículo mínimo de 1962, aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC)/Conselho Federal de Educação (CFE) – desde 1995 alcunhado Conselho Nacional de Educação (CNE) – a disciplina é denominada como Desenvolvimento e Organização de Comunidade (parecer MEC/CFE 286/1962) e no currículo mínimo de 1970, inscrito no âmbito do projeto modernizador, a disciplina denomina-se Serviço Social de Comunidade, pertencente ao ciclo profissional (parecer MEC/CFE 242/1970).

Extraímos da pesquisa de Silva (1983) sobre o ensino teórico-prático da disciplina Serviço Social de Comunidade, depoimentos significativos de discentes e docentes da referida disciplina e assistentes sociais que trabalhavam na ocasião em instituições que desenvolviam programas de Serviço Social de Comunidade. Os depoimentos desvelam o quanto a inserção do conteúdo relativo a movimentos sociais no currículo era um anseio apontado por discentes e docentes do curso, quando face ao questionamento acerca de expectativas e sugestões sobre aspectos a serem modificados e/ou incorporados no ensino de Serviço Social de Comunidade e dos limites e possibilidades vislumbrados para esta disciplina, obtêm-se as seguintes respostas:

Estudos sobre organizações populares, com aprofundamento, como Sindicatos, Associações de Bairros, Cooperativismo, Comunidades de Base, organizadas pelos moradores, sem vinculação institucional e, ainda, estudos críticos sobre educação popular, cultura popular (discente *apud* SILVA, *Op. Cit.*, p. 63).

[há] interesse e disposição de determinado grupo de professores e alunos em desenvolver essa prática, aos movimentos sociais emanados e assumidos pelas camadas populares (docente *apud* SILVA, *Op. Cit.*, p.74).

Estudar mais, conscientizar-se de que a metodologia tradicional não está servindo mais, para depois tentar fazer uma prática mais comprometida com o povo (docente *apud* SILVA, *Op. Cit.*, p.79).

Reclamo atendido com a aprovação do Currículo Mínimo de 1982 (que no momento da pesquisa mencionada encontrava-se em processo de implantação no âmbito das escolas). Este currículo se colocava pela primeira vez como parte de um projeto profissional articulado teórica e praticamente com um projeto social das classes subalternas em suas relações com as classes dominantes. Preocupava-se também com a garantia de uma formação que, além do campo de atuação profissional no âmbito das políticas sociais do Estado, também contemplasse a atuação junto às organizações populares.

No embalo do aguçado empenho das escolas de Serviço Social na revisão dos conteúdos programáticos de seus cursos, a fim de sintonizá-los com o novo currículo mínimo aprovado pelo Ministério da Educação e Cultura, avançando em sua implementação, Barbosa (1983, p. 17) propõe o seguinte conteúdo programático para a disciplina Desenvolvimento de Comunidade, a partir da concepção da ementa constante do novo currículo:

1 Conceito e relação com os movimentos sociais. 1.1 Concepções teóricas dos movimentos sociais. 1.2 Propostas metodológicas para prática. 2 Os movimentos sociais, a participação do assistente social e a posição do Governo. 2.1 Movimentos sociais nascidos da própria população. 2.2 Movimentos sociais provocados pelo assistente social. 2.3 Movimentos sociais organizados pelo Governo. 3 Leitura crítica de práticas dos movimentos sociais.

Nessa proposta, a disciplina estaria localizada entre o 6º e o 7º períodos do curso e tendo como pré-requisitos aqueles conteúdos proporcionados pelas disciplinas de Política Social, Planejamento Social e Metodologia do Serviço Social, desde que estas fossem trabalhadas considerando sempre tanto a população quanto o poder dominante, demarcando o ponto de inflexão pelo qual passava a formação acadêmico-profissional em Serviço Social, então materializado no novo currículo.

Deveras, o Currículo Mínimo de 1982 abre o caminho (e aqui importa frisar que não é nada mais do que de abertura para tanto que se trata) para um giro profundo na formação profissional do Serviço Social brasileiro, capaz de redirecioná-la para a preparação de: “[...] um profissional que, apto para responder às requisições imediatas do mercado de trabalho, esteja qualificado para identificar - para além das exigências institucionais - as necessidades virtuais emergentes no movimento social. Mais precisamente: no movimento das classes sociais” (NETTO, 1984, p. 13).

Contudo, como típico das formulações resultantes de embates e concessões entre as mais diversas tendências do espectro profissional docente, como foi o caso, apresentou equívocos e insuficiências que não passaram despercebidos pelos mais argutos analistas da área. Algumas dessas *limitações compulsórias* evidenciadas por Netto (1984) dizem respeito às marcas do ecletismo, às cisões operadas entre teoria, metodologia e história, a margem para reedições da arcaica lógica dos modelos de intervenção, dentre outras, que se não comprometiam de todo a proposta de fissura com a herança conservadora na formação era, inclusive, em razão das “[...] ambiguidades mesmas do Currículo Mínimo, que asseguram [asseguravam] uma labilidade dos conteúdos programáticos de tal ordem que se pode [podia] introduzir por eles padrões alternativos de reflexão” (NETTO, 1984, p. 13).

No plano do acúmulo da profissão acerca das lutas e movimentos sociais, o então currículo mínimo de 1982 exprimiu notável avanço, na proporção em que tornou flagrante a recusa aos distanciamentos e despolitizações do Serviço Social face movimentos contestatórios críticos à ordem dominante; conferiu reconhecimento nacional ao estudo das classes e movimentos sociais como constitutivo da formação acadêmica de assistentes

sociais; e assinalou um novo perfil de atuação profissional ao evidenciar a intervenção junto a movimentos sociais e a necessidade de desenvolver estratégias nesse sentido como uma preocupação posta ao agir profissional.

Entretanto, com limitações também que, em nossa leitura, despontam como desdobramentos do que significa o Serviço Social se autodeclarar, em seu currículo acadêmico-profissional, como sujeito capaz de definir a marcha e acelerar o processo das lutas sociais por meio de sua ação profissional “catalizadora” junto aos movimentos. Recorrendo, mais uma vez, a pesquisa de Silva (1983), destacamos como bastante ilustrativos os depoimentos a seguir:

[o assistente social] deve acima de tudo assumir uma posição, o seu papel de ‘instrumental orgânico das classes oprimidas’. Deve se impor diante das cúpulas como um profissional que busca uma transformação no todo, nas bases e não apenas servir a esta ou aquela classe (discente *apud* SILVA, *Op. Cit.* p.79).

O Serviço Social pode acionar uma maior dinamização de mudança política, social e econômica, através de um processo que leva a Comunidade a questionar a sua própria realidade, preparando-a para uma ação transformadora (assistente social *apud* SILVA, *Op. Cit.* p.76).

[o assistente social deve] dar condições para que a Comunidade não se torne tão submissa e dependente dos serviços prestados pela Instituição e, sim, integrar a Comunidade num processo de educação popular. Considerar o homem sempre como sujeito da ação, sujeito de sua promoção, na busca de satisfação de suas necessidades, as quais tem direito (assistente social *apud* SILVA, *Op. Cit.* p.80).

Considero que o Serviço Social deveria, fundamentalmente, optar por práticas extra institucionais, ou seja, organizações populares, pois é a partir dessas organizações que se vai conhecer a realidade concreta da população. Há a potencialidade da população chamada ‘incapacitada’ pelo próprio Serviço Social, para encontrar alternativas de soluções para os seus problemas e, desta forma, contribuir para o avanço da organização popular através do conhecimento científico do profissional (discente *apud* SILVA, *Op. Cit.* p.80).

Eu acho válida a prática fora da Instituição, pois acredito que nos tornaria menos dependentes, submissos ao Estado, à classe dominante, enfim, eu penso que assim sendo, os professores de Serviço Social estariam muito mais comprometidos com a clientela e consigo mesmos do que com o poder do Estado (discente *apud* SILVA, *Op. Cit.* p.80).

Embora esta não se apresentasse como uma perspectiva consensual<sup>5</sup>, o tom predominante, evidenciado pelos depoimentos assinalados, denota uma crítica à carência

---

<sup>5</sup> De modo menos expressivo também comparece na pesquisa de Silva (1983) depoimentos de assistentes sociais inseridos em Programas de Serviço Social de Comunidade que expressam não acreditarem no trabalho extra Instituição ou manifestam discordância do que denominam de “visão extremista desses movimentos, prejudicando o trabalho educativo que poderia ser realizado” (p. 81).

de atuação do Serviço Social junto aos movimentos sociais que, entretanto, resvala em negação das instituições, embaraços entre profissão e militância e/ou entre profissão e partido e em concepções voluntaristas subjacentes a hipostasia da dimensão política da atuação profissional de assistentes sociais.

Tendo em vista a superação destes e outros limites mencionados, em uma linha de continuidades e rupturas com os acúmulos expressos pelo currículo mínimo de 1982, as Diretrizes Curriculares construídas, elaboradas coletivamente sob a direção política da então Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (ABESS), hoje ABEPSS<sup>6</sup>, conformam uma das dimensões constitutivas do projeto ético-político profissional, traduzindo para o âmbito da formação a direção social estratégica afirmada desde a *Virada* do Serviço Social brasileiro.

Nestes termos, "a perspectiva fundante da formação profissional é um rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social. Sua hipótese é a adoção de uma teoria social crítica e de um método que permita a apreensão do singular como expressão da totalidade social" (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 166), conforme expressa o documento de subsídios para as discussões sobre revisão curricular ou, nos termos em que ficou mais conhecido pela categoria, a proposta básica para o projeto de formação profissional, cujo marco encontra-se no currículo/1982, seguido das atuais diretrizes curriculares.

Tal projeto de formação diz respeito também à "opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem social, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero", bem como a "articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores" (CFESS, 1993), figurando dentre os elementos fundamentais da ética profissional do(a) assistente social. Representando, assim, uma concepção de ética na qual a dimensão do exercício profissional institucional articula-se aos processos de luta contra

---

<sup>6</sup> Para fins de atendimento às exigências legais, a proposta de formação aprovada em 1996 foi ajustada posteriormente - em documento finalizado em 1999 - ao formato de Diretrizes Curriculares, pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social e igualmente construída e aprovada por dentro da ABEPSS. Assim, quando nos referimos às "Diretrizes da ABEPSS" estamos tratando da conjugação entre esses dois documentos, considerando que como informa Iamamoto: "não existiram distintas propostas de diretrizes, a da Abepss e a da Comissão de Especialistas, mas uma única proposta submetida a um processo de aperfeiçoamento do texto original de currículo mínimo para viabilizar seu encaminhamento ao Conselho Nacional de Educação - CNE, submetida à apreciação e aprovação pela assembleia da entidade, sua maior instância deliberativa" (2014, p. 616).

hegemônicos presentes na sociedade brasileira (BARROCO, 2012b), sem que isso signifique transferir para o campo do trabalho profissional do(a) assistente social a tarefa de realização da emancipação humana.

Como uma decorrência dessa politização, o Serviço Social brasileiro assume o compromisso com os(as) usuários(as) dos serviços prestados (agora não mais apenas abarcados na noção abstrata de "pessoa humana", e sim reconhecidos como classe trabalhadora) e incorpora a defesa de direitos e políticas sociais como estratégia de viabilização das necessidades e interesses dos(as) trabalhadores(as) enquanto classe. O estabelecimento de vínculos orgânicos entre a agenda profissional e as lutas por direitos, bem como a percepção da necessidade de defesa da relação estratégica entre projeto profissional, defesa dos direitos e projeto societário, constituem alguns dos elementos sintomáticos da dimensão política da profissão, numa relação direta com o perfil profissional que se pretende formar:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1999, p. 01).

Substanciado no perfil que se pretende formar, os três núcleos de fundamentação constitutivos da formação profissional (núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e núcleo de fundamentos do trabalho profissional) são apresentados na inovadora lógica curricular como a congregação dos conteúdos necessários e indissociáveis para a compreensão do trabalho de assistentes sociais.

Também apontados como a grande moldura da configuração geral das Diretrizes, os referidos núcleos de fundamentação não se reduzem a matérias e disciplinas e devem permear toda a formação profissional por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Perspectiva bem distinta de qualquer pretensão trato formalista e classificatório dos componentes curriculares da formação, especialmente disciplinas, a partir dos núcleos, como não nos deixam dúvidas o texto das Diretrizes aprovadas em Assembleia Geral da ABEPSS:

[...] ressalta-se a exigência de não incorrer no tratamento classificatório dos núcleos de fundamentação da formação profissional, quando da indicação dos componentes curriculares, uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os Núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 09).

As Diretrizes Curriculares de 1996 localizam, assim, na unidade articulada entre os três núcleos uma concepção de fundamentos do Serviço Social informada pela perspectiva de totalidade, a conformarem conteúdos (mais do que disciplinas) teóricos, metodológicos, éticos, políticos, técnicos e operativos para a intervenção profissional. Na explicação de Yamamoto (2001, p. 29, grifos da autora):

*As diretrizes curriculares situam o exercício profissional no centro da formação, no esforço de ultrapassar o tratamento residual que tem sido atribuído ao 'ensino da prática', geralmente relegado a um papel secundário nos currículos plenos, como se fosse destituído de dignidade acadêmica ante às disciplinas tidas como de maior fôlego teórico.*

Não sendo os fundamentos do Serviço Social em nada endógenos à profissão, o temário dos movimentos sociais também o constitui. Nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, tal temário comparece como parte dos pressupostos da formação profissional que, ao expressarem a concepção a dar a direção para a revisão curricular em questão, apresentam, dentre outros importantes aportes, a compreensão de que "O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais" (ABEPSS, 1996, p. 06).

E, igualmente, como parte do conteúdo de muitas das matérias básicas propostas, a exemplo daquelas de formação sócio-histórica do Brasil, política social e acumulação capitalista e desigualdades sociais. Tais matérias incorporam debates sobre o surgimento e constituição de sujeitos políticos; as estratégias coletivas de organização de classe, categorias e grupos sociais; e o papel destes sujeitos na formulação das políticas sociais públicas e privadas.

Para além de se fazer presente na interlocução com outros conteúdos, na versão da Comissão de Especialistas, o debate de movimentos sociais é alçado à condição de

*matéria*, sob a denominação de Classes e Movimentos Sociais, ratificando com isso, a exigência de que - face à proposta de formar assistentes sociais aptos(as) ao desenvolvimento de uma intervenção crítica e consciente - em seus estudos estivessem contemplados: a análise dos diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira; a análise da constituição, trajetória e ação das classes sociais em seus conflitos, diferenças, alianças (em suas dimensões econômicas, políticas e culturais); e o conhecimento, em profundidade, dos movimentos de resistência da classe trabalhadora, em suas diversas manifestações e formas organizativas.

Frise-se que, na lógica da proposta de formação profissional da ABEPSS, matérias não se confundem com disciplinas. Estas últimas, juntamente com seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares - pesquisa, extensão e produção científica aqui inclusas - e outros componentes curriculares são desdobramentos das matérias básicas propostas em sua condição fundamental de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional.

Nesse sentido, dizem respeito a conteúdos que devem se fazer presentes em diversas disciplinas, sendo por elas partilhados (GUERRA, 2018). Em nossa concepção, isso não significa tornar desnecessária a existência de disciplina específica para o estudo dos movimentos sociais, mas diz do quanto se trata de um debate que não pode ficar restrito exclusivamente a tais disciplinas, posto que atravessa um conjunto de outras questões presentes na formação de assistentes sociais, não podendo ser apenas a especificidade de uma disciplina o único espaço a contemplá-lo. Tampouco pode restringir-se ao âmbito do ensino.

Mas a despeito da importância de se delinear um lugar para o debate sobre movimentos sociais na formação profissional do(a) assistente social, importa ponderarmos quanto a algumas tendências postas no debate profissional, desde os anos 1980 e principalmente no processo de revisão curricular para a construção das diretrizes de 1996, mas ainda reeditadas em alguma medida na contemporaneidade. São o que poderíamos chamar de polêmicas do *ontem* e do *hoje*.

Dentre elas, a suposição equivocada de que poderia bastar a militância política em movimentos e/ou entidades da categoria para estar assegurada uma atuação profissional competente, crítica e comprometida com os valores e princípios da profissão. Nesse caso, o equívoco reside especialmente em desconsiderar que:

[...] a mera inserção política, desvinculada de uma sólida fundamentação teórico-metodológica, mostra-se inócua para decifrar as determinações dos processos sociais. Conquanto a militância tenha impulsionado o potencial questionador da categoria profissional, dela não se pode derivar diretamente uma consciência teórica e uma competência profissional. As relações entre engajamento político e profissão foram fontes de inúmeros equívocos desde o movimento de reconceituação no âmbito do Serviço Social. Essa, como profissão, tem uma necessária *dimensão política* por estar imbricado com as relações de poder da sociedade [...] mas apenas o engajamento político do cidadão profissional não é suficiente para diretamente dele derivar uma base teórica rigorosa. Aliás, é um velho ensinamento da política que embora a vivência da realidade provoque indagações para a análise, a formação de uma consciência teórica requer um trato rigoroso do conhecimento acumulado, da herança intelectual herdada (IAMAMOTO, 2005, p. 54-55, grifos da autora).

Não há, assim, que se falar em competência profissional sem o estabelecimento da necessária unidade indissociável entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão numa perspectiva que longe de hierarquizar ou subsumir uma dimensão a outra, reconhece que a intervenção profissional do(a) assistente social e, por decorrência, os conhecimentos mobilizados em seu processo formativo, não podem assumir formato restrito à mero acúmulo teórico, tampouco à mero manuseio de técnicas ou engajamento político.

Não se pode creditar a nenhuma das dimensões supracitadas de forma isolada a responsabilidade por uma ação profissional competente, ainda que reconhecendo as particularidades existentes entre elas, pois o que se pretende é justamente a formação de um profissional crítico, teoricamente qualificado, eticamente comprometido e politicamente articulado, dado o caráter interventivo da profissão de Serviço Social.

Porém, se a profissão vinha acumulando no adensamento de uma direção social vinculada aos interesses da classe trabalhadora, superando a ausência das devidas mediações entre projeto profissional e projeto político, depara-se nos anos 2000 com uma tentativa de obstrução à direção social da formação profissional. Isso porque do processo de aprovação das diretrizes curriculares pelo Conselho Nacional de Educação/Ministério da Educação (CNE/MEC), resultaram distorções, reducionismos e esvaziamentos em relação à proposta original formulada para a formação de assistentes sociais no Brasil, com implicações importantes para os rumos da formação e do exercício profissional.

Reconhecendo, a partir de Ortiz (2019), o quanto este processo fragiliza articulações estratégicas e decisivas para o Serviço Social, a exemplo da articulação entre as suas

dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, e tende a impactar a formação profissional como um todo, destacamos especialmente os reflexos que os reducionismos operados pelo MEC interpuseram particularmente para o conteúdo relativo aos movimentos sociais na, desde então, distorcida lógica curricular.

Nesta, os pressupostos norteadores da concepção de formação profissional desaparecem e princípios como a adoção de uma teoria social crítica, a indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão, a ética como princípio formativo perpassando a formação e o exercício do pluralismo em luta pela direção social da formação profissional foram suprimidos e/ou sofreram gritantes alterações no sentido do seu rebaixamento. Os núcleos de fundamentação sofrem os maiores reducionismos e aparecem desconfigurados em sua lógica, assim como desaparecem as matérias básicas e as concepções contidas nas diretrizes da ABEPSS para disciplinas, seminários temáticos, oficinas, etc. Tudo fica a cargo das definições dos colegiados de curso.

No bojo de tão graves supressões, exclui-se do perfil do profissional a ser formado qualquer referência aos movimentos sociais e ao compromisso com os valores e princípios norteadores do código de ética profissional para afirmar tão somente o compromisso deste profissional a ser formado com a promoção da cidadania. Resta como único foco de sobrevivência do debate de movimentos sociais nas diretrizes do MEC as chamadas competências e habilidades.

O confronto entre as Diretrizes formuladas sob o protagonismo e direção política da ABEPSS e a versão distorcida e reducionista plasmada nas Diretrizes do MEC evidencia, assim, graves interdições ao adensamento da orientação proposta pelo projeto de formação profissional, comprometendo os caminhos da inserção do debate sobre o movimento das classes sociais nos projetos pedagógicos dos cursos em relação ao que já havia sido acumulado nos debates coletivos de construção das diretrizes curriculares da ABEPSS, e colocando novos desafios para a relação, a ser perseguida pelo projeto de formação do Serviço Social, com os movimentos sociais.

Ainda mais quando os últimos períodos têm sido de intensa reformulação da educação superior no país, gerando como resultante um processo de desconstrução-construção, isto é, desconstrução da condição de direito social da educação pública e construção de um formato de universidade conveniente à atual etapa de acumulação capitalista (LIMA, 2011). Processo a desdobrar-se especialmente em ações de estímulo ao

empresariamento da educação superior via expansão das instituições privadas e privatização interna das universidades públicas, incentivo ao ensino a distância e o estabelecimento de contratos de gestão e pactuação de metas entre o MEC e as universidades federais para fins de alocação das verbas públicas desenhados nos marcos do aligeiramento da formação profissional, da intensificação do trabalho docente e da decorrente ameaça à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Afinal, dentre as concepções e orientações do Banco Mundial (BM) para a educação superior brasileira salta-nos a vista a avaliação de que universidades ancoradas nas atividades de pesquisa são inadequadas para países periféricos e de que o campo educacional no Brasil teria conotação de privilégio em razão dos “muitos” (assim considerados pelo BM) subsídios governamentais a ele destinados, o que remete evidentemente a uma concepção de universidade restrita ao ensino e a propostas de redução e substituição dos recursos da União para a educação superior por outras e diversificadas fontes de financiamento, dentre as quais se incluem até mesmo uma possível participação dos(as) estudantes nos gastos.

Manifestas e constantes ameaças postas, sobretudo ao campo da formação acadêmico-profissional, que nos conduziram a um cenário no qual 91% dos cursos de Serviço Social criados a partir de 2003 são de natureza privada, 60% dos cursos estão inseridos em instituições não-universitárias e, portanto, não obrigados à realização de pesquisa e 66,2% encontram-se localizados em cidades do interior do país (DAHMER, 2016), acrescido do fato de as vagas oferecidas na modalidade a distância representarem praticamente o dobro daquelas na modalidade presencial.

Quadro o qual nos desafia à apropriação de como concretamente a proposta de formação de assistentes sociais vêm sendo operada no *miúdo do cotidiano*, dado a proposta de formação profissional do Serviço Social colidir, nesse sentido, com o caldo ideológico e político legitimado e hegemonicamente reproduzido no ensino superior brasileiro.

Ao ponto de podermos dizer, em uníssono tanto com Abreu e Lopes (2007) quanto com Abreu (2016), que na proporção em que o esvaziamento imposto pelo MEC criou uma outra versão das Diretrizes, inegavelmente a formação profissional em Serviço Social encontra-se hoje entre a *flexibilização* voltada para atender ao mercado e a orientação da política privatista da educação superior e a *resistência* ao avanço do conservadorismo.

Especialmente no sentido de manter-se como consignatária da defesa de uma educação referenciada nas demandas das classes subalternas e na perspectiva do fortalecimento das lutas sociais emancipatórias.

## A INCORPORAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA TEMÁTICA MOVIMENTOS SOCIAIS NA FORMAÇÃO CONTEMPORÂNEA EM SERVIÇO SOCIAL: SÍNTESES INVESTIGATIVAS E ANALÍTICAS

Mesmo supondo a garantia de um conteúdo básico a possibilitar unidade e direção teórico-metodológica na formação profissional, é incontestável a diversidade presente nacionalmente nos cursos de Serviço Social, inclusive tendo em vista assegurar especificidades regionais, conforme sinaliza Boschetti (2004, p. 22):

[...] é muito difícil falar em um único desenho de currículo, porque são múltiplas as possibilidades de construção de um deles, a partir do conteúdo das diretrizes. São múltiplas em função do projeto pedagógico que o grupo de docentes e discentes constrói em cada unidade de ensino a partir da sua construção histórica, em função das especificidades de cada unidade e das particularidades regionais.

Sob esse horizonte, optamos por - em meio a realidade nacional - destacar para os nossos estudos a particularidade das universidades e faculdades públicas e privadas, na modalidade de ensino presencial, situadas na região Nordeste. O referido recorte metodológico explica-se não apenas por ser esta a região na qual consolidamos nossa trajetória de estudos e trabalho, mas principalmente devido ao quanto a mesma tem sido expressiva do contexto de expansão dos cursos de graduação em Serviço Social, em sua maioria na modalidade a distância. Afinal,

[...] no período de 2000 a 2012, o número de cursos autorizados pelo Ministério da Educação para funcionamento em todo o território nacional passou de 88 para 694, um aumento em torno de 788% no quantitativo de cursos. Na região Nordeste, para este mesmo período, a quantidade de cursos passou de 14 para 170, um aumento em torno de 1200% (ALMEIDA, 2013, p. 107).

Nessa perspectiva, o Nordeste brasileiro apresenta-se atualmente como um potencial campo para pesquisas, investigações e estudos acerca da formação profissional dos(as) assistentes sociais, permeada pela tensa relação entre a proposta de formação profissional coletivamente construída pela categoria e as tendências de crescimento

acelerado do ensino superior brasileiro, sob orientação explicitamente neoliberal, priorizando o ensino superior privado e a distância, e não a expansão do ensino público presencial.

Outra questão decisiva para centramos nossas investigações na região nordeste consistiu no fato de que esta região está, junto com a regional leste da ABEPSS (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo), entre as que têm sido possível observar uma maior concentração da pesquisa sobre o temário relativo aos movimentos sociais, em detrimento das demais localidades, conforme apontou o relatório-síntese do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social.

Assim como quando Marx se propôs a investigar o modo de produção capitalista tomou a Inglaterra como ilustração principal à sua exposição teórica, considerando o fato deste país ser à época a localização clássica das relações de produção e circulação do capital (MARX, 2013), nossa opção deve-se ao entendimento de que, na perspectiva do método histórico-dialético, em se tratando da dissecação crítica de qualquer objeto, quanto mais podermos analisar a sua forma-expressão mais desenvolvida, melhor apreenderemos o seu movimento real.

Nas palavras de Netto (2011, p. 14), “[...] a forma mais complexa permite compreender aquilo que, numa forma menos complexa, indica potencialidade de ulterior desenvolvimento”, o que não suprime particularidades e, conseqüentemente, a necessidade de possíveis investigações futuras que abranjam outras regiões do país.

Evidente que a concepção de formação profissional presente no projeto profissional do Serviço Social brasileiro supõe uma educação do tipo universitária - em que pese a formação ocorrer também em IES não universitárias - a qual articula ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável e discutir formação profissional implica abarcar essa perspectiva. Assim, priorizamos em nossa investigação a análise dos projetos pedagógicos, da produção dos grupos e núcleos de pesquisa e das experiências de extensão junto aos movimentos sociais, com especial atenção também, na análise dos PPCs, para as relações estabelecidas entre o debate de movimentos sociais na formação e as experiências de estágio supervisionado.

Contudo, dado o tamanho do universo de análise em questão (90 unidades de formação que ofertam o curso de Serviço Social na modalidade presencial, sendo 16 cursos públicos e 74 cursos privados), priorizamos como amostra de estudo as Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), cujos projetos pedagógicos nos fosse possível o acesso

integral. Procuramos, assim, identificar, no site institucional das referidas UFAs, os seus projetos pedagógicos de curso.

Constatamos que das 90 (noventa) UFAs presenciais que conformam nosso universo de análise, apenas 24 (vinte e quatro) disponibilizavam seus projetos online na versão completa; 45 (quarenta e cinco) apresentavam apenas a grade curricular e 21 (vinte e um) apenas o conteúdo de divulgação do curso de Serviço Social, ambos por vezes denominadas pelas UFAs como versões resumidas dos projetos pedagógicos, mas que careciam de muitas informações importantes para a nossa análise.

A partir deste primeiro mapeamento, estabelecemos contato eletrônico com todas as UFAs, cujos projetos não estavam acessíveis em suas páginas da internet ou estavam disponibilizados apenas parcialmente, apresentando a pesquisa e solicitando o envio dos respectivos projetos políticos pedagógicos por e-mail. Nesse caso, obtivemos o retorno de 05 (cinco) unidades, porém, duas delas embora tenham atendido à nossa solicitação apenas o fizeram tardiamente, quando já não nos foi possível incluí-los em nossa amostra.

Com isso, ao fim e ao cabo, obtivemos como amostra de pesquisa 27 (vinte e sete) projetos político-pedagógicos de cursos presenciais da região nordeste, o equivalente a 30% do nosso universo de análise. Destes projetos pedagógicos, contabilizam-se 17 (22,97%) do total de cursos privados da região e 11 (68,75%) do total de cursos públicos. Amostra que nos pareceu representativa para os propósitos da nossa investigação.

Tais projetos foram nossas principais fontes documentais para as análises que procedemos acerca da inserção da temática na proposta pedagógica dos cursos, das referências bibliográficas e conteúdos incorporados, dos movimentos sociais estudados e da forma como é tratada a relação do Serviço Social com os Movimentos Sociais na intervenção profissional no contexto do processo de formação profissional. Nesse caso, centrando nossas atenções não apenas para os conteúdos das disciplinas, mas também especialmente para as pontes anunciadas pelos projetos pedagógicos entre este debate e a experiência de estágio supervisionado.

No caso da extensão, além dos projetos pedagógicos, também adotamos como fontes documentais os relatórios do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social<sup>7</sup> e as

---

<sup>7</sup> Disponíveis em: <https://www.abepss.org.br/gtps/tema-4/documentos-31>

informações públicas contidas na Plataforma Lattes<sup>8</sup> a partir da busca por ações de extensão neste campo temático, registrados como desenvolvidos ou em desenvolvimento, nos currículos de 358 (trezentos e cinquenta e oito) docentes das UFAs que constituíam nossa amostra de pesquisa, a partir da relação de professores arrolada pelas próprias IES, seja nos projetos pedagógicos dos cursos, seja em seus sites institucionais.

Para obtenção dos dados relativos à dimensão da pesquisa na formação profissional em Serviço Social, adotamos como fonte o Diretório de Grupos do CNPq, identificando e caracterizando não apenas os grupos em si, mas também os(as) pesquisadores(as) vinculados nestes grupos especificamente às linhas de pesquisa que contemplavam movimentos, lutas sociais e processos político-organizativos. Traçamos a partir disso o perfil destes sujeitos e das produções bibliográficas dos mesmos na temática em estudo (o que implicou nova busca nos dados do currículo Lattes, desta feita de mais exatos 217 pesquisadores), inventariando e caracterizando a esta produção, tal como tem sido comum às pesquisas que se propõem a construção de “estado da arte”:

Definidas como de caráter bibliográfico, elas [as pesquisas denominadas estado da arte] parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários. Também são reconhecidas por realizarem uma metodologia de caráter inventariante e descritivo da produção acadêmica e científica sobre o tema que busca investigar, à luz de categorias e facetas que se caracterizam enquanto tais em cada trabalho e no conjunto deles, sob os quais o fenômeno passa a ser analisado (FERREIRA, 2002, p. 258).

Adentrando nas dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e do estágio, foi-nos então possível identificar qual patamar de reflexão sobre os movimentos sociais encontra-se plasmado na formação profissional de graduação em Serviço Social da região Nordeste. Ao longo do movimento de investigação, quando retornamos ao ponto de partida, tal como nos indica Marx (1978), dispendo de uma rica totalidade de determinações e relações diversas, a superarem a mera representação caótica de que dispúnhamos no

---

<sup>8</sup> Sistema criado e mantido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde os anos 1990, aglutinando ampla base de dados curriculares e de grupos de pesquisa. A referida busca em nosso percurso investigativo deu-se no período anterior ao que ficou conhecido como “apagão na ciência”, ocasião na qual, em meados de 2021, o sistema lattes ficou fora do ar durante dez dias em razão de queima do servidor do CNPq, perdendo-se conseqüentemente o acesso a milhares de dados referentes à produção científica no Brasil (de retorno subsequente, mesmo que lento e parcial). Nada extranatural em um contexto de recorrentes sucateamentos e cortes orçamentários ao órgão.

início do percurso, deparamo-nos com algumas descobertas que enriqueceram e ampliaram nossas formulações iniciais.

A hipótese que norteou a pesquisa supunha que para além da ampliação da privatização e do ensino a distância na graduação em Serviço Social fragilizarem um projeto de formação profissional de ruptura com o conservadorismo, também o avanço da razão instrumental e formal-abstrata e do próprio irracionalismo na universidade pública e presencial, tem contribuído para tornar este espaço cada vez mais distante da aliança/articulação com os trabalhadores e seus interesses classistas. Considerava-se, nessa direção, a possibilidade do avanço da incidência da leitura pós-moderna acerca dos movimentos sociais nos projetos pedagógicos de diversos cursos, à revelia das diretrizes curriculares da ABEPSS.

O processo investigativo, analítico e reflexivo empreendido confirmou em alguma medida a nossa hipótese, mas não somente. Também a aprofundou e a redimensionou significativamente, posto que, da forma como originalmente formulada, se mostrou aquém da complexidade da realidade em estudo, indubitavelmente detentora de vida própria. A pesquisa desvelou a discussão acerca das lutas e movimentos sociais tratada como expressão do debate subjacente a uma teoria social, mas não como constitutiva propriamente do debate sobre o Serviço Social como profissão.

Isso evidenciado a partir de uma abordagem da temática que não aparece, ao menos em termos de conteúdos e referências, mediada pela relação com a profissão e seu exercício profissional. O trabalho profissional de assistentes sociais com movimentos sociais, por exemplo, assume assim o lugar de um debate *quase que inteiramente ausente*<sup>9</sup> em uma formação na qual a relação de unidade articulada entre os três núcleos de fundamentação aparece suplantada, por diferentes vias.

O que se opera então nos projetos pedagógicos de cursos é a incorporação em larga medida do “festival epistemológico das Ciências Sociais em torno do debate dos movimentos sociais”, para recorrer à expressão-síntese de Braz (2012). Mas não sem conviver com importantes movimentações e esforços para materializar e fortalecer na

---

<sup>9</sup> Quando aparece é prioritariamente no âmbito dos cursos públicos, os quais adentram essa discussão pela via da Educação Popular. Em que pesem as muitas e diversificadas concepções de Educação Popular, inclusive as de cunho instrumental e conservador, a tendência verificada nos PPCs analisados remete à compreensão vinculada ao legado de Paulo Freire, posto que o acúmulo a respeito se sobressai particularmente tomando como principal referência a obra ‘Pedagogia do Oprimido’.

formação graduada a relação, estrutural e ideopolítica, da profissão com as lutas e processos político-organizativos das classes subalternas.

O defrontamento com o movimento real nos levou a defender a tese de que *o debate sobre movimentos sociais se inscreve nos Fundamentos do Serviço Social e de que avançarmos coletivamente na incorporação desta concepção no âmbito da formação profissional impõe-se como uma necessidade para o imprescindível reconhecimento e fortalecimento do trabalho profissional junto aos movimentos sociais sob a direção social crítica construída pelo Serviço Social brasileiro.*

Uma tese que demarca a nossa opção por não situar as reflexões sobre formação num campo restrito e até mesmo apartado das reflexões sobre o exercício profissional. Tampouco atribuir ao debate de movimentos sociais, na formação de assistentes sociais, um lugar de suposta distância no que diz respeito ao trabalho profissional e, nessa perspectiva, muitas vezes tratado como expressão do debate subjacente a uma teoria social, mas não constitutivo propriamente do debate sobre o Serviço Social como profissão.

Alinhamo-nos à concepção sintetizada por Santos (2018) ao conceber os Fundamentos do Serviço Social como expressos e ancorados nos Núcleos de Fundamentos da Formação Profissional, os quais ao mesmo tempo que constituem e tornam possível a compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, também estão - dialeticamente - por eles constituídos. Numa compreensão que não admite tricotomias entre História, Teoria e Método, posto que informada pela perspectiva de totalidade.

Corroboramos ainda com Simionatto (2004) ao remeter a concepção de Fundamentos do Serviço Social a um movimento que engloba pelo menos três direções: a análise do seu processo de formação e desenvolvimento como profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho; a reflexão sobre a profissão a partir das demandas e requisições que lhe são postas historicamente, levando sempre em conta o movimento macroscópico da sociedade; e a consideração do conjunto de conhecimentos capazes de contribuir para o decifrar dos fenômenos e processos sociais e suas formas de manifestação, a fim de melhor vislumbrar os diferentes projetos societários e seus vínculos de classe, além do seu próprio processo de trabalho.

Nesse sentido, a apreensão das contradições, dos conflitos de classe e da ação coletiva de sujeitos sociais no sentido de lutar contra condições degradadas de vida e

trabalho e de garantir seus direitos interessa ao Serviço Social, especialmente, pelo fato de a questão social ser considerada o solo de inserção do trabalho dos(as) assistentes sociais. Além disso, no atual cenário de regressão de direitos, uma atuação profissional pautada na perspectiva da racionalidade crítico-dialética (Cf. GUERRA, 2004) e em consonância com o projeto profissional, tem como premissa de relevo a necessidade de conhecer os movimentos sociais que atuam naquele contexto, bem como pressupõe “[...] ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação” (IAMAMOTO, 2011, p. 199–200).

Não estamos, assim, inaugurando nenhuma concepção de fundamentos “nova”, posto que construída no bojo do processo de renovação profissional do Serviço Social brasileiro. Contudo, se a pomos no cerne de nossas elaborações e consideramos uma contribuição importante a explicitarmos em nossas argumentações é porque as reflexões concretas na qual se ancora nossa tese partem da constatação de muitas incongruências e/ou limites na incorporação, tradução e expressão desta concepção no cotidiano da formação profissional graduada de assistentes sociais na contemporaneidade.

Centralmente, a descoberta que viemos trazer é a de que *por mais que a aproximação do Serviço Social com os movimentos sociais tenha se constituído como uma experiência importante para dinamizar a renovação crítica da profissão, o desenvolvimento da temática na formação não vem ocorrendo de maneira substancial*. Isso porque identificamos tratar-se, frequentemente, de um debate que não tem ganhado a mesma densidade e/ou capilaridade que outros conteúdos presentes na formação, por exemplo.

*Há um reconhecimento da necessidade de nos debruçarmos sobre a temática movimentos sociais na formação profissional de assistentes sociais, mas que não tem ultrapassado em muitos casos uma incorporação formalista*, realizada de maneira bastante limitada e restrita, quando não se relega ao conteúdo relativo aos movimentos e lutas sociais espaços e tempos de menor alcance no conjunto da formação graduada (disciplina ofertada apenas na condição de optativa, carga horária de 36h/40h destinada para a disciplina e, por vezes, oferta a distância da mesma ainda que em se tratando de cursos presenciais).

Aponta-se também silêncios e omissões teóricas significativas - quando não incongruências na forma de apreensão do debate referente às lutas sociais na relação

com a profissão – de pelo menos três ordens: primeiramente, um confesso comparecimento na formação profissional de perspectivas teórico-analíticas que *não apreendem, na extensão e profundidade exigidas, as lutas sociais como constitutivas dos fundamentos para a compreensão da questão social*; em segundo, *a existência do que denominamos de um verdadeiro fosso nos projetos pedagógicos analisados entre o reconhecimento da atuação junto aos movimentos sociais como competência profissional e o contemplar desta competência a contento na formação*; e, em terceiro, *o debate de movimentos sociais tratado como supostamente isolado dos fundamentos da profissão*, como expressão de mais um desdobramento das ausências e/ou dificuldades de alicerçamento da unidade entre os núcleos de fundamentação a nortear os projetos pedagógicos de cursos.

Diríamos, assim, que mais do que silêncios e omissões, o que se identificou foram, por vezes, lógicas antagônicas e estranhas aos debates coletivos da categoria em torno do projeto de formação profissional das(os) assistentes sociais brasileiras(os) em parte dos projetos pedagógicos analisados, indicando o quão tamanhas são as disputas teóricas e políticas expressas por dentro da formação, em particular postas para o campo temático aqui tomado como nosso objeto de estudo.

Identificam-se tais disputas na medida em que se observa, de um lado, potentes experiências e propostas pedagógicas representativas do estreitamento de vínculos orgânicos entre Universidade, Movimentos Sociais e Serviço Social assinaladas para as mais distintas instâncias da formação profissional: ensino, pesquisa, extensão e estágio. De outro, a presença de propostas formativas assentadas no compromisso com a atuação profissional meramente pragmática e tecnicista e numa perspectiva de empreendedorismo e humanização das organizações passível de se desdobrar em uma formação sintonizada com as demandas de apassivamento dos movimentos sociais.

Afora os tensionamentos no campo das teorizações que vêm influenciando o debate acerca das lutas e movimentos sociais, a partir das referências bibliográficas adotadas pelos cursos, implicando em um processo no qual coabitam no cotidiano da formação profissional: elaborações e autores que reafirmam a centralidade da luta de classes na análise dos movimentos sociais; notada inserção do debate acerca dos designados “novos” movimentos sociais via incorporação de autores culturalistas; e uma abordagem institucionalizada dos movimentos sociais, traduzida nos muitos casos identificados em que nomeia-se a disciplina de Movimentos Sociais, mas o conteúdo restringe-se ao debate de

controle social ou, no mesmo sentido, o conteúdo da disciplina refere-se a movimentos sociais, mas as referências indicadas são todas sobre conselhos de direitos e políticas públicas ou sobre terceiro setor e gestão.

Não significa de modo algum desmerecer os avanços empreendidos até aqui na aproximação e aprofundamento da relação entre Serviço Social e movimentos sociais, mas tão somente, a partir dos aspectos desvelados pela pesquisa, chamar atenção para a nossa inadiável apropriação dos limites do avanço crítico em um largo processo de disputa que continua em curso, pleiteando ferrenhamente a direção social da formação.

Disputas e tensionamentos que embora presentes na formação, estão para além dela mesma, como demonstram os processos sócio-históricos, econômicos e políticos do país na contemporaneidade, reconstruindo o alargamento do reacionarismo operado entre nós a partir da conjuntura aberta pelo golpe de 2016, num contexto de tomada reacionária das ruas que nos levou a experienciar enquanto país as últimas consequências da chamada cultura da crise face austeridades e contrarreformas: a institucionalização da barbárie.

Expressa na radicalização contemporânea da blindagem da democracia liberal brasileira a partir da ascensão da extrema direita no país, articulando setores conservadores, liberais e protofascistas em um mesmo projeto em meio a um cenário de crise econômica, social e política, agravada sobremaneira com a emergência da crise sanitária nos idos de 2020 e as devastações em curso para a natureza e a humanidade. Um confronto direto com as demandas populares politizadas pelos movimentos sociais organizados, inclusive em termos de exacerbamento da letalidade do aparato repressivo direcionado especialmente aos conflitos decorrentes das lutas sociais. Conquanto movimentos sociais orgânicos de resistência e contestação sigam ensaiando processos de mobilização, ainda que não sem dificuldades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relevância do estudo proposto sustentou-se, em primeiro lugar, porque este se inscreveu no campo das elaborações que reforçam a importância de investigações contemporâneas acerca da realidade do ensino de graduação na área de serviço social, evidenciando questões teóricas, políticas e operativas que perpassam a formação profissional e extraíndo algumas indicações sobre a direção teórico-metodológica e

ideopolítica da formação dos(as) assistentes sociais na atualidade. Em segundo lugar, porque, para além de limites e tensionamentos, a pesquisa também apontou elementos de resistência teórica, política e ideológica da comunidade acadêmica na implementação das diretrizes curriculares da ABEPSS, buscando ainda contribuir para a construção de novas estratégias e encaminhamentos que potencializem a luta pela qualidade da formação profissional.

Aportes necessários para não desvincularmos as possibilidades que apontamos para o trabalho e a formação profissional na temática movimentos sociais do processo histórico real. Dantes, o objetivo é que as formulações aqui presentes possam contribuir para retroalimentar a formação e o trabalho profissional. Afinal, sem o entendimento das contradições da qual a realidade está prenhe, não teríamos condições de pensar estratégias de enfrentamento coletivo frente a desafios suficientemente grandes, porém, cuja superação se põe na contemporaneidade como chave basilar para ultrapassagem do conservadorismo.

Dai que face as interpelações postas no processo de pesquisa para pensarmos de que modo e por quais vias poderia o debate de movimentos sociais ser alimentado nos cursos de graduação em Serviço Social, ousamos afirmar que tal tarefa passa necessariamente pelo esforço para vertebrar o debate sobre movimentos sociais no cotidiano das unidades de formação acadêmica a partir dos núcleos de fundamentação da formação, constitutivos e reveladores dos fundamentos do Serviço Social. Além de, evidentemente, implicar esforços na direção de uma articulação da dimensão teórico-prática de forma mais orgânica, envolvendo ensino, pesquisa, extensão, estágio supervisionado e educação permanente. Até certo ponto, proposições que são também contributos para o espraio de interessantes experiências identificadas como estratégias que já vêm sendo adotadas por parcela dos cursos analisados.

A necessidade de novos passos na direção de melhor aportarmos os processos organizativos da classe trabalhadora no cotidiano da formação profissional de assistentes sociais consiste em uma exigência para compreendermos a própria questão social no Brasil, a partir mesmo da perspectiva *sui generis* posta pelas diretrizes curriculares da ABEPSS, fortalecendo a este legado que, aliás, nos oferece um profícuo caminho de estudos e pesquisas. Um legado que as novas gerações têm ainda muito a se apropriar e a contribuir,

considerando que a renovação crítica do Serviço Social brasileiro, embora com marcos importantes, trata-se de um processo inconcluso, posto que ainda em movimento.

Por isso mesmo, sem padecer de qualquer pretensa neutralidade, não ignoramos as polêmicas aqui expressas e do quanto justamente por se tratar em larga escala da análise de processos recentes e/ou de implicações ainda em curso, nos provocam ao ponto de ao invés de simplesmente findarmos com comentários conclusivos, percebemo-nos instigadas à reabertura do debate, pondo e repondo tensões e controvérsias a serem dialogadas e/ou enfrentadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. **Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311140412406970.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf).

ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de serviço social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: [http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf). Acesso: 13 set. 2021.

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n 50. São Paulo: Cortez, 1996.

ABREU, Marina Maciel. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação à perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e (org). **Serviço Social no Brasil: História de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

ABREU, Marina Maciel; LOPES, Josefa Batista. Formação profissional e diretrizes curriculares. In: **Inscrita**, nº 10. Brasília: CFESS, 2007.

ALMEIDA, Andréa Carla Pereira dos Santos. **A expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no Nordeste brasileiro em tempo de capitalismo neoliberal**. 2013. 100 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, [2013].

BARBOSA, Mário da Costa. Prefácio. In: SILVA, Maria Luiza Lameira da. **Serviço Social de Comunidade numa visão de práxis**. São Paulo: Cortez, 1983.

BARROCO, Maria Lúcia. Materialidade e potencialidade do Código de Ética dos Assistentes Sociais brasileiros. In: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (org). **Código de Ética do(a) assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012b.

BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. In: **Temporalis**, n. 8. Porto Alegre: ABEPSS/Gráfica Odisséia, 2004.

BRAZ, Marcelo. Mudanças no perfil das lutas de classes e modismos conceituais: o tormento de Sísifo das ciências sociais. In: BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana Souza Bravo de (orgs). **Saúde, Serviço Social, Movimentos Sociais e Conselhos**. São Paulo: Cortez, 2012.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Código de Ética do assistente social**. Brasília, 1993.

DAHMER, Larissa. Perfil expansionista do ensino superior brasileiro e impactos na formação profissional em Serviço Social. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpídio (orgs). **A Supervisão de Estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (orgs). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". In: **Educação e Sociedade**, nº 79. São Paulo: CEDES, 2002.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, superar limites e enfrentar desafios: os fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MOLJO, Carina Berta; SERPA, Moema; SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social e seus Fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

GUERRA, Yolanda. **No que se sustenta a falácia de que na prática a teoria é outra?** CD-ROM, Anais do IX ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Porto Alegre, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A questão social no capitalismo. In: **Temporalis**, 2ª ed. Ano 2, nº 3. Brasília: ABEPSS; Gráfica Odisséia, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 5ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social & Sociedade**, n. 120. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. In: **Cadernos ABESS**, n. 6. São Paulo: Cortez, 1993.

LIMA, Kátia Regina de Souza. O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: **Revista Katálysis**, nº 14. Florianópolis: UFSC, 2011.

MARCONSIN, Cleier; ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Serviço Social e movimentos sociais: debatendo distanciamentos e aproximações na trajetória sócio-histórica brasileira. In: MELO, Ana Inês Simões Cardoso de; CARDOSO, Isabel Cristina da Costa; FORTI, Valéria Lucília (orgs). **Trabalho, Reprodução Social e Serviço Social: desafios e utopias**. Minas Gerais: Navegando Publicações, 2020.

MARQUES, Morena Gomes. A relação do Serviço Social com os movimentos sociais na contemporaneidade. In: **XII ENPESS**. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010 [CD-ROM].

MARX, Karl. Introdução à crítica da economia política. In: **Manuscritos Econômico Filosóficos e Outros Textos Escolhidos**. Vol. XXXV. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, Livro I, tomo 1, 2013.

MEC/CFE. Ante-Projeto de Reforma Curricular: parecer 412/82. Brasília: MEC/CFE, 1982.

NETTO, José Paulo. A propósito da disciplina de Metodologia. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 14. São Paulo: Cortez, 1984.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

ORTIZ, Fátima Grave. Formação profissional e Serviço Social: uma análise sobre as Diretrizes Curriculares, seus impasses e desafios. In: GUERRA, Yolanda; LEITE, Janete Luzia; ORTIZ, Fátima Grave. **Temas Contemporâneos em Serviço Social: uma análise de seus fundamentos**. Campinas: Papel Social, 2019.

RAMOS, Sâmia Rodrigues; VASCONCELOS, Iana; LEITE, Simone Souza. Condições de trabalho e materialização do projeto profissional: uma aproximação da realidade dos(as) assistentes sociais que atuam na Assistência e Saúde. In: QUEIROZ, Fernanda Marques de; RUSSO, Gláucia Helena Araújo; RAMOS, Sâmia Rodrigues (orgs). **Serviço Social na contra corrente: lutas, direitos e políticas sociais**. Mossoró-RN: Edições UERN, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Prefácio. In: GUERRA, Yolanda *et al* (orgs). **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas: Papel Social, 2018.

SILVA, Maria Luiza Lameira da. **Serviço Social de Comunidade numa visão de práxis**. São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Trinta anos da Revista Serviço Social & Sociedade: contribuições para a construção e o desenvolvimento do Serviço Social no Brasil. 2009. Disponível em: <http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/155>. Acesso em 16 de dezembro de 2021.

SIMIONATTO, Ivete. Fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: **Temporalis**, n 8. Porto Alegre: ABEPSS/Gráfica Odisséia, 2004.

YAZBEK, M. C. A escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945. In: **Cadernos PUC**, nº 6. São Paulo: EDUC/Cortez, 1980.